

CAPÍTULO 13

EXCLUSÃO NO CAMPO



<https://doi.org/10.22533/at.ed.9921125180313>

Data de aceite: 18/07/2025

João Victor Messias Coelho Ramos

Universidade Federal de Catalão, Curso
de Geografia, Catalão/GO - Brasil

**Luiz Carlos Junio Magno Dias dos
Santos**

Universidade Federal de Catalão, Curso
de Geografia, Catalão/GO - Brasil

Patricia Francisca de Matos

Universidade Federal de Catalão, Curso
de Geografia, Catalão/GO - Brasil

identificam-se estratégias de resistência e (re)existência dessas populações, que contestam a lógica excludente do capital. Conclui-se que a exclusão rural é um fenômeno multidimensional, exigindo políticas públicas que promovam justiça socioambiental e alternativas baseadas em organização coletiva e sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo; Desigualdade social; Espaço rural; Trabalho; Resistência.

RESUMO: Este artigo analisa os processos de exclusão no meio rural a partir de uma abordagem geográfica, destacando a relação dialética entre espaço, poder e desigualdade. Com base em autores como Thomas Junior (2019), Fernandes (2006) e Braverman (2023), o estudo demonstra como o capitalismo transforma o campo em um território de disputas, marcado pela exploração de recursos naturais, precarização do trabalho e marginalização de comunidades campesinas. A análise revela que a expansão do agronegócio e da mineração intensifica a degradação ambiental e a desvalorização de modos de vida tradicionais, reforçando estruturas históricas de dominação. Paralelamente,

EXCLUSION IN THE FIELD

ABSTRACT: This article examines processes of exclusion in rural areas from a geographical perspective, highlighting the dialectical relationship between space, power, and inequality. Drawing on authors such as Thomas Junior (2019), Fernandes (2006), and Braverman (2023), the study demonstrates how capitalism transforms the countryside into a contested territory, marked by the exploitation of natural resources, labor precarity, and the marginalization of peasant communities. The analysis reveals that the expansion of agribusiness and mining intensifies environmental degradation and the devaluation of traditional ways of life, reinforcing historical structures of

domination. At the same time, strategies of resistance and (re)existence by these populations are identified, challenging the exclusionary logic of capital. The conclusion underscores that rural exclusion is a multidimensional phenomenon, requiring public policies that promote socio-environmental justice and alternatives based on collective organization and sustainability.

KEYWORDS: Capitalism; Social inequality; Rural space; Labor; Resistance.

INTRODUÇÃO

Ao adotar uma abordagem geográfica da relação dialética entre homem e natureza, torna-se evidente não apenas a ocupação física do espaço, mas também as complexas relações de poder que, ao mesmo tempo, moldam e são moldadas por essa interação. O meio rural não é meramente um cenário passivo, mas um campo de disputas no qual se entrelaçam interesses econômicos, culturais e políticos. As implicações do capitalismo nesse contexto são fundamentais, pois evidenciam como as forças de mercado não só exploram os recursos naturais, mas também alteram profundamente a vida daqueles que deles dependem para subsistir.

Thomas Junior (2019, p. 201) propõe que a dinâmica geográfica do trabalho, manifestada no processo de construção e formação, bem como de resistência, exige que nos posicionemos com o objetivo de identificar os protagonistas nas lutas de confronto contra o capital, o Estado e os setores dominantes da burguesia.

Logo, este estudo propõe uma análise crítica que visa elucidar as interseções entre espaço, poder e desigualdade no contexto rural. Busca-se não apenas compreender essas dinâmicas, mas também fomentar transformações capazes de mitigar as injustiças estruturais e construir caminhos mais equitativos. Para tanto, investigam-se as dinâmicas de exclusão no ambiente rural e suas consequências, as quais evidenciam as profundas desigualdades estruturais da sociedade.

Martins (1994, p. 12-13) afirma que “a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer”, destacando seu caráter profundo e universal. Conforme o autor, trata-se de um problema estrutural que permeia todas as esferas sociais, afetando indivíduos independentemente de sua percepção, posição ou vontade de participação.

Fernandes (2006, p. 7) argumenta que conflito e desenvolvimento sempre coexistiram, embora tenham sido historicamente analisados de forma dissociada. Essa abordagem fragmentada, segundo o autor, dificultou uma compreensão holística da questão agrária. Ao longo do século XX, tanto as análises acadêmicas quanto às políticas públicas frequentemente negligenciaram a intrínseca relação entre conflitos sociais e desenvolvimento econômico rural, o que restringiu a eficácia na resolução dessas problemáticas complexas.

A distribuição espacial das populações rurais não é aleatória, pois é influenciada por diversos fatores, como acesso à terra, disponibilidade de recursos naturais, infraestrutura e

políticas públicas. Segundo Fernandes (2006, p. 27), os territórios são espaços marcados por conflitos, nos quais o poder político é exercido e disputado, estabelecendo relações de domínio e controle que transcendem a dimensão física, atingindo aspectos sociais, culturais e simbólicos. Santos (1996) complementa essa perspectiva ao destacar que a política partidária, as ideologias, as ciências, as mídias, os territórios e as instituições formam um conjunto indissociável de sistemas e práticas que geram conflitualidade, tanto no âmbito político quanto no geográfico.

Compreender as questões agrárias e os processos de exclusão exige uma abordagem integrada, capaz de reconhecer a complexidade territorial em suas múltiplas dimensões, incluindo as relações de trabalho. Este artigo, de natureza qualitativa, propõe uma reflexão sistemática sobre o processo de exclusão de corpos no campo e suas implicações, as quais revelam as profundas desigualdades estruturais da sociedade. O estudo investiga a relação dialética entre homem e terra a partir de uma perspectiva geográfica, examinando não apenas a interação entre espaço e indivíduos, mas também o papel do capitalismo nessa dinâmica. Para tanto, serão exploradas as raízes históricas e as consequências contemporâneas desse fenômeno, com embasamento teórico em autores como Antônio Thomaz Júnior (2019), Bernardo Fernandes e Cláudio Castilho (2008).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Moraes (2001) aborda o território como um espaço geográfico em disputa desde os primórdios, característica resultante de um conjunto complexo de relações políticas, econômicas e sociais em escala global. Essas dinâmicas moldaram o território brasileiro como um ambiente de conflito, desde sua gênese até os dias atuais.

Pelá e Mendonça (2010) analisam o território em disputa através de uma perspectiva cultural e social, entendendo-o como espaço de resistência à expansão capitalista sobre o meio ambiente. Nesse contexto, os autores destacam a (Re)Existência como estratégia de permanência em determinado ambiente, prática ou sistema de crenças - manifestada através de mecanismos de resistência e luta contra um processo exploratório e degradante. Esse avanço capitalista promove simultaneamente a descentralização e a desvalorização do espaço físico, das culturas locais e das narrativas históricas nele construídas ao longo do tempo.

Cabral (2007, p. 152) demonstra que o conceito de território pode ser analisado sob diferentes perspectivas teóricas. De um lado, encontram-se abordagens mais restritas e simplificadoras, que se concentram exclusivamente na apropriação espacial por grupos humanos ou na dimensão estatal do poder no contexto do Estado-nação. De outro, destacam-se interpretações mais abrangentes e sofisticadas, que incorporam uma noção multidimensional de poder. Esta última perspectiva permite examinar as diversas territorialidades que emergem da coexistência - e frequentemente da sobreposição - de múltiplos agentes em um mesmo espaço físico.

Gomes (1997) esclarece que a organização espacial constitui uma construção social cujos sentidos e significados emergem de contextos relacionais. Essa construção se materializa através de quatro dimensões fundamentais: (1) a interação entre elementos distribuídos no espaço; (2) as conexões estabelecidas entre objetos e suas funcionalidades; (3) as inter-relações dinâmicas entre esses objetos e as práticas sociais que neles se desenvolvem; e (4) as relações recíprocas entre lugares, objetos e as atividades que neles se desdobram.

O território, enquanto categoria analítica, transcende sua materialidade geográfica para assumir uma dimensão política fundamental. Mais do que simples delimitação espacial, ele se constitui como campo de exercício e disputa de poder, onde se entrelaçam memória coletiva, ancestralidade e processos de resistência. Este espaço dinâmico transforma-se constantemente em arena de conflitos e reivindicações sociais, sendo configurado por trajetórias históricas que determinam hierarquias no acesso e controle dos recursos.

Como destacou Milton Santos (2006, p. 128), “o movimento da sociedade, ou seja, o movimento da totalidade (e do espaço), altera o significado de todas as variáveis construtivas, incluindo o símbolo, que não acompanha esse movimento”. Essa assertiva revela a natureza dialética do território, onde permanência e transformação coexistem em tensão constante.

Santos (2024) analisa o capitalismo como elemento central nos processos de exclusão de corpos no espaço rural. O autor demonstra que a expansão do sistema capitalista, através de suas crescentes demandas produtivas e do avanço da degradação ambiental, vem sistematicamente ameaçando três pilares fundamentais das comunidades camponesas: suas formas de vida, suas expressões culturais e suas memórias históricas.

O documento dos direitos humanos, a Constituição Federal e diversas outras declarações vêm descrevendo os direitos e medidas viáveis para uma vida digna e segura para um indivíduo, e dentre esses direitos, destaca-se o direito à moradia e água em boa qualidade, características que são violadas pela mineradora com a comunidade Macaúba e sem fiscalização intensiva por parte do setor legislativo e político do município de catalão. Portanto, observa-se que a degradação ambiental ocasionada pela mineração é diversa e transita por trâmites políticos e econômicos, porém, mesmo dentro desse cenário ainda é possível o desenvolvimento de mudanças. (Santos, 2024, p.4).

Braverman (2023, p. 49) conceitua o trabalho como processo transformador que altera o estado natural dos materiais, ampliando sua utilidade prática. O autor estabelece uma analogia entre a atividade laboral humana e a de outras espécies animais - como pássaros na construção de ninhos, castores em barragens, aranhas em teias, abelhas em colmeias e térmitas em suas estruturas. Essa perspectiva revela uma continuidade ontológica: a intervenção transformadora na natureza como característica compartilhada entre espécies, visando a satisfação de necessidades vitais.

Braverman (2023, p. 50) estabelece uma distinção fundamental entre o trabalho humano e o animal: enquanto este último é de natureza instintiva, o primeiro caracteriza-se por sua consciência e intencionalidade. O autor explica que as atividades instintivas nos animais são inatas, precedem qualquer aprendizado e manifestam-se através de padrões comportamentais fixos diante de estímulos específicos.

Como sintetiza Braverman (2023, p. 53): “O trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como conhecemos”. Essa afirmação revela o duplo papel histórico do trabalho humano: como fator antropogenético (formador da própria espécie) e como princípio criador da realidade sociocultural.

Ao longo do desenvolvimento civilizatório, o trabalho consciente mostrou-se não apenas como mecanismo de adaptação e sobrevivência, mas principalmente como alicerce fundante das estruturas sociais, dos sistemas tecnológicos, das organizações econômicas e das produções culturais. Desde as primeiras práticas agrícolas até os complexos sistemas de engenharia contemporâneos, das expressões artísticas primitivas ao rigor metodológico da ciência moderna, essa capacidade transformadora constitui o motor permanente da construção e reconstrução do mundo humano.

Castilho (2008, p. 65) destaca que o trabalho não se limita à simples execução de tarefas, abarcando também aspectos como qualificação profissional, criação de postos de trabalho, distribuição de renda, políticas públicas de investimento, ações do setor privado e demandas sociais. Essa articulação de fatores constitui a base da estrutura socioespacial da sociedade humana, caracterizada por sua dinâmica permanente de transformação.

Castilho (2008, p. 66) complementa que, até o século XVIII, o trabalho permanecia desvalorizado socialmente, sendo atividade relegada às camadas populares, enquanto o ócio constituía privilégio das elites. Com o advento da industrialização no século XIX, embora houvesse uma revalorização simbólica do trabalho, as estruturas de poder e exploração no meio rural mantiveram-se inalteradas. Nesse novo contexto, conforme o autor, o proletário transformou-se em mera mercadoria, cuja subsistência dependia da contingência de encontrar comprador para sua força de trabalho. Sua existência passou a ser determinada pelos interesses das classes capitalistas dominantes.

Para Marx (2002, p. 66) em sociedades com acentuada divisão do trabalho, a mobilidade ocupacional tornou-se extremamente limitada. Subjugado à lógica capitalista, o trabalhador figurava como a primeira vítima desse sistema, sofrendo diretamente os impactos das relações de produção desiguais.

Quanto a esse movimento Harry (2023, p. 54-55) destrinhou seu funcionamento como:

A produção capitalista exige intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua diferença específica é a compra e venda de força de trabalho. Para esse fim, três condições básicas tornam-se generalizadas através de toda

a sociedade. Em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros. Em segundo, os trabalhadores estão livres de constrições legais, tais como servidão ou escravidão, que us impeçam de dispor de sua força de trabalho. Em terceiro, o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que está assim atuando como um capitalista. O processo de trabalho começa, portanto, com um contrato de acordo que estabelece as condições da venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador.

Na produção capitalista, a compra e venda da força de trabalho é essencial, e o processo começa com um contrato que define essa relação. A produção capitalista organiza a relação entre capital (meios de produção e capital investido) e trabalho (força de trabalho vendida pelos trabalhadores), estruturando a economia em torno do trabalho assalariado e da busca pelo lucro. É destacado que na produção capitalista, a compra e venda da força de trabalho é fundamental.

Harry Braverman (2023, p. 58) destaca que a força de trabalho humano se diferencia não apenas pela capacidade de gerar um excedente, mas também por seu caráter inteligente e intencional, o que lhe proporciona adaptabilidade ilimitada e cria condições sociais e culturais para expandir sua própria produtividade, elevando continuamente o excedente produzido. Para o capitalista, essa potencialidade humana é a base da ampliação do capital.

Quando o capitalista compra imóveis, matérias-primas, ferramentas, maquinaria, etc., ele pode avaliar rigorosamente seu papel no processo de trabalho. No entanto, ao comprar tempo de trabalho, o resultado é incerto, tornando a porção de capital despendida na força de trabalho “variável”, que aumenta no processo de produção. Para maximizar esse aumento e garantir o retorno do investimento, torna-se essencial para o capitalista controlar o processo de trabalho. Historicamente, isso se manifesta como a alienação progressiva dos processos de produção das mãos dos trabalhadores para as do capitalista, que deve gerenciar o trabalho para extraír o máximo valor possível (BRAVERMAN, 2023 pg. 59).

O controle do processo de trabalho pelo capitalista contribui para a marginalização dos trabalhadores rurais, afastando-os das decisões produtivas e reforçando desigualdades econômicas e sociais. A lógica capitalista intensifica esse cenário, colocando a busca pelo lucro acima das necessidades e direitos laborais. No Brasil, a exclusão social e econômica no campo remonta ao período colonial, marcado pela apropriação de terras por elites europeias e pela exploração brutal da mão de obra indígena e africana. Esse processo histórico resultou em uma concentração fundiária extrema e na perpetuação da exploração do trabalhador rural.

Como observa Castilho (2008, p. 72), “O espaço condiciona a localização das ações da dinâmica social do trabalho”, o que indica que o território onde se desenvolvem as atividades laborais influencia diretamente sua organização, evolução e percepção.

Quanto a essa questão na contemporaneidade, Ricardo Antunes e Giovanni Alves apresentam:

Para se compreender a nova forma de ser do trabalho, a classe trabalhadora hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho. Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário (2004, p. 342).

E completam que:

A classe trabalhadora, hoje, também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital, de que são exemplos os assalariados das regiões agroindustriais, e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, part-time, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo(2004, p. 342).

Em outras palavras, os autores ampliam o conceito de classe trabalhadora, incorporando todos os assalariados que negociam sua força de trabalho – não apenas os trabalhadores manuais diretos, mas também aqueles envolvidos no trabalho social e coletivo. Ressaltam que essa categoria agora inclui não somente os operários urbanos industriais e de serviços, mas igualmente o proletariado rural e os trabalhadores precarizados, marcados por relações empregatícias temporárias e condições laborais instáveis. Essa perspectiva visa compreender as transformações recentes no mundo do trabalho contemporâneo.

O processo agrário no Brasil é marcado pela crescente, e que se constrói através da mão de obra, exploração territorial e processos políticos ao longo da história. Desde a invasão dos portugueses ao Brasil que o processo de direito a terras ocorre, só que nem todos tinham direito de acesso naquele período e nem nos dias de hoje, característica de um sistema e estruturação política elitista, geradora de grandes embates, lutas,desigualdades e resistência no campo (Santos, 2024, p.9).

Conforme Thomas (2019, p. 199), essa nova reconfiguração apresenta sinais enganosos que, ainda assim, deixam pistas e revelam as armadilhas ocultas na estrutura de dominação e controle do trabalho. No século XXI, tais mecanismos têm provocado mudanças significativas na geração de mais-valia, na intensificação da proletarização e na privatização de serviços públicos, como educação, limpeza e segurança, ampliando, assim, a exploração.

Na fase atual da globalização capitalista, caracterizada pelo desemprego estrutural e pela precarização das condições laborais, evidencia-se um cenário profundamente adverso aos trabalhadores. Esse contexto gera um ambiente social que restringe ainda mais a formação de uma subjetividade autêntica, entendida como aquela genuinamente orientada para o indivíduo (TERTULIAN, 1996). A apropriação da subjetividade operária pela lógica capitalista constitui um fenômeno consolidado e permanentemente reproduzido pelo modo de produção vigente. Esse processo é inerente à própria subsunção do trabalho ao capital.

Dante do exposto, comprehende-se que o espaço rural não constitui meramente um cenário passivo, mas um campo de disputas no qual se entrelaçam interesses econômicos, culturais e políticos. A atuação do capitalismo nesse contexto revela-se como as forças de mercado não se limitam à exploração de recursos naturais, mas também exercem profunda influência sobre as condições de vida das populações.

Mercados completos e mercados incompletos são formados pelo desigual desenvolvimento territorial do capitalismo. Integração parcial e integração plena representam diferentes formas de subordinação do campesinato ao capital. Os camponeses se comportam distintamente diante desses processos de expansão do capitalismo (FERNANDES, 2006, p.17).

Essa análise demonstra como as diferentes formas de desenvolvimento econômico e os distintos níveis de integração ao capitalismo afetam diretamente as condições de vida e a autonomia dos camponeses, moldando também suas estratégias de adaptação a essas transformações. O desenvolvimento territorial desigual do capitalismo gera tanto mercados consolidados quanto estruturas econômicas incompletas. Nesse contexto, emergem modalidades diferenciadas de subordinação camponesa ao capital, que variam desde a integração parcial até a incorporação plena às dinâmicas capitalistas.

As respostas do campesinato a esses processos expansivos do capital revelam-se igualmente diversas. Constatase, portanto, que a força de trabalho ocupa posição central nas relações sociais capitalistas, embora essa relação se manifeste de forma complexa, combinando elementos de subordinação, resistência e transformação nas esferas econômica e social (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 344).

Nesse cenário, o trabalhador formaliza o contrato de trabalho por não encontrar alternativas sociais que garantam sua subsistência. O empregador, como detentor de capital, objetiva sua expansão e, para tanto, aloca parte desse capital na forma de salários. Dessa forma, estabelece-se o processo produtivo que, embora essencialmente destinado à produção de valores de uso, transforma-se num instrumento específico de acumulação de capital e geração de lucros (BRAVERMAN, p. 55-56).

Dentre os mecanismos empregados para sua preservação, destaca-se a apropriação da subjetividade operária pela lógica capitalista - um fenômeno consolidado e perpetuamente reproduzido pelo modo de produção vigente. Esse processo é inerente à própria subsunção do trabalho ao capital (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 346). Na situação de separação radical entre trabalhador e seu labor, a alienação se expressa como a fragmentação da existência humana: na dicotomia entre trabalho e ócio, entre meios e fins, e na cisão entre esfera pública e vida privada, entre outras formas de desagregação características da sociedade capitalista (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 348).

Desse modo, verifica-se que parcela significativa do tempo livre dos trabalhadores está sendo progressivamente destinada à busca de “empregabilidade”, conceito fetichizado pelo capital que transfere para os trabalhadores a responsabilidade por sua

própria capacitação profissional, antes majoritariamente assegurada pelo próprio capital (BERNARDES, 2001).

Antunes e Alves (2004, p. 349) discorrem que:

A desumanização segregadora leva ao isolamento individual, às formas de criminalidade, à formação de guetos de setores excluídos, até a formas mais ousadas de explosão social que, entretanto, não podem ser vistas meramente em termos de coesão social da sociedade como tal, isoladas das contradições da forma de produção capitalista (que é produção de valor e de mais-valor).

A segregação desumanizante no espaço rural gera isolamento social, crescimento da criminalidade, formação de guetos entre grupos marginalizados e, em alguns casos, eclosão de conflitos sociais mais agudos. Tais fenômenos não podem ser adequadamente compreendidos mediante análises que considerem apenas a coesão social de modo geral, pois encontram-se intrinsecamente vinculados às contradições inerentes ao modo de produção capitalista, cuja lógica fundamental reside na produção de valor e mais-valia.

A exclusão no campo constitui um fenômeno multidimensional decorrente da articulação entre fatores sociais, econômicos e políticos. A mencionada segregação desumanizante evidencia como as populações campesinas frequentemente enfrentam duplo isolamento - social e econômico. Essa marginalização acarreta consequências graves, incluindo: restrição ao acesso a serviços essenciais, oferta educacional e sanitária insuficiente, além de infraestrutura inadequada.

Santos (2024, p. 7), com base em Ribeiro (2001), demonstra que a degradação ambiental se manifesta de duas formas distintas: (1) pela exploração predatória dos recursos naturais - praticada como única alternativa de subsistência por populações rurais em situação de vulnerabilidade socioeconômica; e (2) pela utilização intensiva visando exclusivamente à maximização de lucros - característica da atuação de grandes corporações. No contexto brasileiro, a relação sociedade-natureza caracteriza-se por marcante instabilidade, decorrente tanto da carência de políticas públicas ambientais eficazes quanto da ineficiência dos mecanismos de gestão existentes, quadro que resulta em dupla insustentabilidade - ecológica e social.

Como complementa Claudio Castilho (2008, p. 69), a carência de acesso a recursos técnicos e financeiros, somada à ausência de programas socioeducativos adequados, favorece o surgimento de novas problemáticas que se materializam em um contexto de insegurança coletiva. Essa situação, por consequência, reforça e intensifica mecanismos de exploração laboral e processos de precarização do trabalho.

Portanto, é fundamental desconstruir as necessidades artificiais criadas e impostas pelo capitalismo, bem como desmistificar a ideologia que o apresenta como o único sistema viável. No entanto, para avançar na luta por alternativas contra hegemônicas – fundamentadas em pesquisas e voltadas às reais demandas dos trabalhadores –, é imprescindível recuperar valores arraigados na organização coletiva, na solidariedade e em modos de vida sustentáveis (THOMAS JUNIOR, 2019, p. 235-236).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise geográfica das relações entre ser humano, terra e poder no contexto rural revela um cenário complexo, marcado por conflitos e desigualdades estruturais. O estudo evidencia como o capitalismo, além de explorar os recursos naturais, transforma radicalmente a vida dos que dependem deles, reforçando injustiças históricas. Com base nas contribuições teóricas de autores como Thomas Junior, Fernandes e Braverman, demonstra-se que as dinâmicas laborais no campo são atravessadas por alienação e dominação, mas também por resistências.

Isso nos leva a compreender que o lugar está intrinsecamente ligado à individualidade e às experiências pessoais dos sujeitos. Trata-se de um espaço vivido, com o qual as pessoas estabelecem relações afetivas e cotidianas, sendo ali que se constroem memórias, identidades e laços sociais. Já o espaço refere-se ao âmbito em que a vida cotidiana se desdobra, uma esfera onde vivências individuais e coletivas se interconectam, atribuindo singularidade e identidade a seus ocupantes.

Diante desse cenário, torna-se essencial não apenas reconhecer, mas efetivamente promover transformações profundas. É preciso ir além da compreensão teórica e adotar medidas concretas para reduzir as desigualdades socioeconômicas, fomentando alternativas baseadas em organização coletiva e sustentabilidade. A análise crítica desenvolvida neste trabalho não apenas revela as contradições existentes, mas também aponta caminhos para novos paradigmas – capazes de atender às demandas reais das populações rurais, desafiando estruturas de poder e viabilizando um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo e equitativo.

Evidencia-se, portanto, que as relações entre campo e sociedade foram historicamente moldadas por processos de exclusão e desvalorização de determinados grupos sociais. Essa realidade explicita uma problemática estrutural no contexto rural, que demanda intervenções urgentes por meio de políticas públicas efetivas. O desafio em questão transcende a mera marginalização de indivíduos - trata-se da sistemática negação de culturas, saberes e memórias que compõem a diversidade do mundo rural.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à CAPES pelo subsídio durante toda a etapa de construção, análise dos dados trabalhados na pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, mai./ago. 2004.

BERNARDO, J. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**. São Paulo: Boitempo, 2001.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2023.

CABRAL, Luiz Otávio. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, abr. e out. 2007.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Primeiros apontamentos a uma geografia do trabalho. **Revista de Geografia**, Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 25, n. 1, jan./abr. 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial 2006.

GOMES, P. C. C. Geografia fin de siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, K. 2002. **Manuscritos economico-filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret. (coleção a obra de cada autor).

Pelá, M.; Mendonça, M. M. **Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa**. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Dênis. (orgs.). Cerrados: perspectivas e olhares. Goiânia, Editora Vieira, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Luiz Carlos Junio Magno Dias Dos et al.. **Diagnóstico das nascentes na comunidade macaúba, no município de catalão/go**. Anais do XX SBGFA - Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada & IV ELAAGFA - Encontro Luso-Afro-Americanos de Geografia Física e Ambiente... Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/118319>>. Acesso em: 12/06/2025 09:40

THOMAS JUNIOR, Antonio. **Novos territórios da degradação sistêmica do trabalho (em tempos de desproteção total e inclusão marginal institucionalizada)**. Terra Livre, v. 1, n. 52, p. 197-240, jan.-jun./2019.

TERTULIAN, N. **Conceito de alienação em Heidegger e Lukács**. Práxis, Belo Horizonte, jan./maio 1996.